

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA ANÁLISE DA CONJUNTURA DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Zanna Maria Rodrigues de Matos
Fernanda Cristina Miranda Ribeiro

Resumo

Este artigo revela a contribuição do planejamento participativo como instrumento de avaliação e para análise de conjunturas com a finalidade de direcionar ações a serem desenvolvidas conjuntamente com os atores envolvidos. Especialmente num campo dinâmico que exige intervenções perenes, como o da Educação Ambiental, o qual demanda redirecionar rumos e reestruturar processos organizacionais com certa frequência. Nesse sentido, destaca-se a realidade da Equipe de Estudo e Educação Ambiental da Universidade Estadual de Feira de Santana (EEA/UEFS), no Estado da Bahia, Brasil, criada em 1992, atuante em diversas linhas de atuação na área ambiental e que, durante todos esses anos, desenvolveu um trabalho pioneiro no espaço universitário, sempre permeado por uma Educação Ambiental crítica, reconhecido em nível local, regional e nacional. Assim como toda estrutura organizacional, principalmente por está inserida na administração pública, perpassa por períodos de calmaria e mudanças em seu ciclo de vida que irá demandar ações estruturantes que impescinde de planejamento. Portanto, foi realizada uma pesquisa participante através de um diagnóstico participativo junto à unidade supracitada, cujos instrumentos foram a pesquisa documental e oficina de planejamento participativo, que servirá de base para elaboração de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento do trabalho da equipe no campus da Universidade. Os resultados auferidos se mostraram bastantes pertinentes no escopo pretendido e serviram de embasamento para esta e outras pesquisas que pretendam avaliar ações, na área ambiental, com vistas a fortalecê-las nas instituições de ensino superior. Além de ressaltar a importância de processos participativos na transformação de uma realidade.

Palavras-chaves: Educação Ambiental. Planejamento participativo. Universidade.

PARTICIPATORY PLANNING IN THE ANALYSIS OF THE CONJUNCTURE OF ENVIRONMENTAL EDUCATION ACTIONS AT FEIRA DE SANTANA STATE UNIVERSITY

Abstract:

This article reveals the contribution of participatory planning as an instrument of assessment and analysis of conjunctures in order to direct actions to be developed jointly with the actors involved. Especially in a dynamic field that requires perennial interventions, such as Environmental Education, which requires redirecting directions and restructuring organizational processes with some frequency. In this sense, we highlight the reality of the Environmental Education and Study Team of the Feira de Santana State University (EEA/UEFS), in the State of Bahia, Brazil, created in 1992, acting in several lines of action in the environmental area and which, during all these years, he developed a pioneering work in the university space, always permeated by a critical Environmental Education, recognized at local, regional and national level. Just as every organizational structure, mainly because it is inserted in the public administration goes through periods of calm and changes in its life cycle that will require structuring actions that need planning. Therefore, a participant research was carried out through a participatory diagnosis with the aforementioned unit, whose instruments were the documentary research and participatory planning workshop, which will serve as the basis for the elaboration of strategic actions aimed at strengthening the team work on the University campus. The results obtained were quite pertinent in the intended scope and served as the basis for this and other researches that intend to evaluate actions in the environmental area, with a view to strengthening them in higher education institutions. In addition to highlighting the importance of participatory processes in the transformation of a reality.

Keywords: Environmental Education. Participatory planning. University.

Recebido em: 19/06/2019

Publicado em: 30/12/2019

PLANIFICACIÓN PARTICIPATIVA EN EL ANÁLISIS DE LA COYUNTURA DE ACCIONES DE EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LA UNIVERSIDAD ESTATAL FEIRA DE SANTANA

Resumen:

Este artículo revela la contribución de la planificación participativa como instrumento de evaluación y análisis de las coyunturas con el fin de dirigir las acciones a desarrollar conjuntamente con los actores involucrados. Especialmente en un campo dinámico que requiere intervenciones perennes, como la Educación Ambiental, que requiere redireccionar direcciones y reestructurar los procesos organizacionales con cierta frecuencia. En este sentido, destacamos la realidad del Equipo de Educación y Estudio Ambiental de la Universidad Estatal Feira de Santana (EEA / UEFS), en el Estado de Bahía, Brasil, creado en 1992, que actúa en varias líneas de acción en el área ambiental y que Durante todos estos años, desarrolló un trabajo pionero en el espacio universitario, siempre permeado por una Educación Ambiental crítica, reconocida a nivel local, regional y nacional. Del mismo modo que toda estructura organizacional, principalmente porque está insertada en la administración pública, atraviesa períodos de calma y cambios en su ciclo de vida que requerirán acciones de estructuración que necesitan planificación. Por lo tanto, se realizó una investigación participante a través de un diagnóstico participativo con la unidad mencionada, cuyos instrumentos fueron el taller de investigación documental y planificación participativa, que servirá de base para la elaboración de acciones estratégicas destinadas a fortalecer el trabajo en equipo en el campus universitario. Los resultados obtenidos fueron bastante pertinentes en el alcance previsto y sirvieron de base para esta y otras investigaciones que pretenden evaluar acciones en el área ambiental, con miras a fortalecerlas en las instituciones de educación superior. Además de resaltar la importancia de los procesos participativos en la transformación de una realidad.

Palabras clave: Educación ambiental. Planificación participativa. Universidad

Introdução

A importância das ações realizadas pelos programas de Educação Ambiental nos espaços universitários é indiscutível. Entretanto, esse processo nem sempre é fácil, pois é dotado de complexidade e exige um esforço conjunto de toda a comunidade acadêmica que envolve novas condutas por parte dos agentes constituintes requerendo um tempo para apropriação das mesmas, explica De Conto (2010). Sobretudo, deve envolver a gestão universitária e a alta administração que, no caso das universidades, é representada pela reitoria.

A história da Educação Ambiental no ensino superior tem início na década de 1970 com a Conferência de Estocolmo, durante a década de 1980, mais precisamente a partir de 1986, ocorre uma série de seminários sobre “Universidade e Meio Ambiente” nos quais as instituições de ensino superior assumem o protagonismo na responsabilidade quanto à resolução dos problemas ambientais por meio de propostas interdisciplinares, descrevem Bacci, Silva e Sorrentino (2015). O próprio Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, instituído na Conferência Rio-92, destaca a mobilização das instituições de ensino superior, através de suas atividades, para apoiarem iniciativas voltadas à Educação Ambiental, além de prever a construção de centros ambientais interdisciplinares em cada universidade. A Política Nacional de Educação Ambiental, representada pela Lei nº 9795/99, estabelece que o poder público, em todos os níveis federativos, deve promover a participação ampla da escola, universidade e outras instituições na formulação e execução de programas e ações de Educação Ambiental consideradas, neste caso, como não-formal (BRASIL, 1999).

Resultados levantados por pesquisas conduzidas por Lipscomb et al. (2008 apud Escrivão e Nagano 2014) apontam para a relevância que as atividades extracurriculares têm no processo de conscientização dos indivíduos por representarem significância prática para além das disciplinas, entretanto ainda apresenta uma aplicabilidade tímida pelas instituições por questões orçamentárias e escassez de tempo dedicado a tais atividades. Quando as mesmas chegam a se

concretizar não se apresenta de forma sistêmica e duradoura, mas sim como intervenções pontuais e esparsas empreendidas por pesquisadores de diversas áreas cujo entendimento sobre Educação Ambiental apresenta-se bastante particularizado (CAVALCANTE; MILTÃO, 2008).

As primeiras iniciativas voltadas à questão ambiental na gestão universitária começaram nos Estados Unidos. No Brasil, a partir da década de 1990, observa-se a ascensão de ações ambientais em algumas universidades, como a Universidade de Caxias do Sul (UCS) que começou com a coleta seletiva e alcançou o licenciamento ambiental, segundo De Conto (2010). Ainda segundo a mesma autora, outra instituição de ensino superior brasileira de grande notoriedade no campo ambiental é a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) que chegou a obter a certificação ISO 14001, cuja normatização prevê avaliações periódicas a fim de reduzir ou eliminar impactos ambientais advindos das inúmeras atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas no campus. Outras unidades também se destacaram pela sua contribuição ao meio ambiente em seus campi, tais como: as universidades federais de São Carlos, em São Paulo, a de Minas Gerais e de Santa Catarina, além da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) com a criação do Projeto Piloto de Coleta Seletiva e Reaproveitamento do Lixo do Campus, em 1992 (PEREIRA, 2010).

Acompanhado pelo crescente fluxo de movimentos ambientais dentro das universidades e pela difusão de eventos importantes na área no mundo inteiro, surge a Equipe de Educação Ambiental da UEFS como produto de intensas mobilizações internas e externas a instituição. Ao empreender um projeto pioneiro de extensão voltado para a sustentabilidade universitária, a EEA/UEFS traz como proposta umas das principais recomendações que é “a criação de uma equipe interdisciplinar comprometida com a Educação Ambiental” e a “suspensão da queima do lixo produzido no campus universitário” (EEA, 1992).

Isso, sem dúvidas, insere a UEFS nos espaços de discussão sobre as questões ambientais institucionais e planetárias levando a EEA de um processo de implantação para um período de consolidação de sua história, através de inúmeros

projetos que extrapolam os limites geográficos do campus e passam a atender a comunidade interna e externa à UEFS por meio de várias linhas de atuação. Juntamente com a expansão das atividades surge o ônus para a EEA/UEFS de manter a continuidade de suas ações mediante avanços e retrocessos inerentes a sua trajetória ao longo dos anos. Tudo isso permeado por um cenário composto por diversas variáveis, de ordem conjuntural e estrutural, com uma dinamicidade impressionante que requer acurácia na análise.

O que se observa no presente contexto é um avanço significativo da Universidade no trato com as próprias questões ambientais atreladas as suas atividades. De fato, a criação da Equipe de Educação Ambiental foi assertiva na incorporação de uma postura mais sustentável no cotidiano institucional. Entretanto, o desafio está na manutenção e efetividade de cada ação construída ao longo do tempo uma vez que mudanças vão acontecendo e valores se reestruturam. Nesse sentido, a proposta do artigo é empreender, através da prática do planejamento participativo, uma análise da realidade no intuito de entendê-la, organizá-la e transformá-la, conforme ideologia de planejamento defendida por Gandin (1994).

Dessa forma, tem-se como objetivos desse estudo trazer para o protagonismo do processo de análise conjuntural das ações de Educação Ambiental em um contexto universitário, a relevância do planejamento participativo como ferramenta metodológica abrangente que parte de uma construção de realidade baseada nos anseios de quem a vivencia na prática. Nesse contexto, os participantes têm a oportunidade ampla de expor seus problemas e esperanças que serão transformados em diagnóstico pelo pesquisador que em conjunto, posteriormente, terão condições de elaborar uma proposta de ação que fortaleça e renove as ações consolidadas pela equipe em estudo.

As ações de educação ambiental no contexto universitário

Sabe-se que a prática das ações ambientais no contexto das universidades sempre se constituiu em um desafio, especialmente pelas características e dinâmica própria deste espaço subsidiada por um tripé de atuação baseado em três atividades diferentes e inter-relacionadas entre si: ensino,

pesquisa e extensão. Para Tauchen e Brandli (2006), as universidades trabalham para promover a sustentabilidade ambiental de duas maneiras: a primeira está relacionada à Educação Ambiental e a segunda à implementação dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) em seus campi universitários.

Esteves e Falcoski (2012) complementam a assertiva anterior, ao afirmarem que existem diversas iniciativas práticas que podem ser adotadas pelas universidades para minimizar os impactos ambientais decorrentes de suas atividades, tanto no âmbito da Educação Ambiental quanto da própria gestão universitária. Brandli et al. (2008) relacionam cada prática a um tripé de atuação da universidade, a saber: no ensino, pode-se ter práticas voltadas para treinamento, sensibilização e capacitação da comunidade bem como a inserção da temática ambiental na grade curricular dos cursos ofertados; na extensão, organização de eventos e programas voltados para as questões ambientais; na pesquisa, disseminação de projetos, pesquisas com a temática ambiental e estabelecimento de parcerias. Na infraestrutura também são inúmeras as medidas sustentáveis que podem ser tomadas em prol de uma eficiência administrativa e ambiental, tais como, controle de água, energia, paisagismo, reciclagem e gestão de resíduos.

Uma das principais e mais recorrentes ações ambientais em campi universitários trata-se da gestão dos resíduos. Isso se deve ao fato da universidade funcionar como um núcleo urbano de pequeno porte e, ao mesmo tempo em que se constitui em potencial poluidor, também assume a liderança no processo de mudança para sociedades sustentáveis pela sua capacidade de disseminar conhecimento e informação, problematizam Tauchen e Brandli (2006). Assim sendo, a questão dos resíduos se constitui numa problemática que não pode ser ignorada, principalmente pelo volume e diversidade dos mesmos na academia, fruto das suas intensas atividades de pesquisa, centros de alimentação, laboratórios e serviços de saúde.

Existe outro aspecto importante que carece de amplo entendimento que se refere ao fato da grande maioria das instituições de ensino superior ser encontradas iniciativas valorosas para resolução de questões ambientais operando de

forma marginal e isolada. Entretanto, é importante frisar que para se construir uma universidade que esteja realmente a serviço do desenvolvimento sustentável é necessária à articulação das inúmeras intervenções as quais inclui as ações de Educação Ambiental. Isso requer sistematização, abrangência de atuação dessas ações e, sobretudo, capital humano tecnicamente qualificado para se responsabilizar por políticas ambientais dentro da universidade (ESTEVEES; FALCOSKI, 2012)

Isso perpassa pela concepção de um conceito ainda maior, o da ambientalização acadêmica, trazido por Nóbrega (2017), que contempla a disseminação de práticas que defendam o meio ambiente, promova o uso sustentável de recursos, prime pela tecnologia e gestão ecoeficientes e beneficie a sociedade como um todo. Logicamente que não se trata de uma tarefa fácil e, muito menos, de um processo de resultados imediatos. Conforme preconiza a própria Política Nacional de Educação Ambiental, a Educação Ambiental precisa ser uma prática educacional integradora e permanente, o que quer dizer que as ações ambientais não devem se limitar a atuar numa dimensão técnica-operacional cujos resultados não geram consciência nem debate das questões socioambientais. No mínimo, trará melhores condições ambientais para a instituição, mas isso, no caso das universidades, a unidade de infraestrutura já faz.

Portanto, como se observa há um longo caminho a ser percorrido para melhoria da qualidade e articulação das ações de Educação Ambiental dentro das universidades. Segundo Esteves e Falcoski (2012), a maioria das instituições encontra-se iniciantes nesse processo e sem apoio da alta administração acadêmica. Sendo assim, isso deve ser superado através de mecanismos participativos de planejamento e gestão para construir a realidade de uma forma lúcida que seja capaz de enfrentar ou complementar as forças que interagem dentro e fora da organização.

A contribuição do planejamento participativo na análise de conjunturas

A realidade é composta por inúmeras facetas que se inter-relacionam de uma maneira complexa e dinâmica. Sendo assim, uma análise conjuntural representa o retrato dinâmico dessa realidade na sua essência não devendo, portanto se limitar a uma simples descrição, mas sim, deve ser

interpretativa e contextualizada, afirma Alves (2008). Diante de uma dada conjuntura é que se desenvolve o planejamento que teve sua origem nas atividades militares cujo estudo minucioso do inimigo embasava a elaboração de estratégias de guerra, esclarece Mintzberg (2010). Portanto, conforme conceitua Almeida (2001), o planejamento é considerado uma técnica administrativa em que se traçam rumos a serem seguidos. Na verdade, o planejamento está inserido em todas as atividades humanas como algo comum e rotineiro. Desde tempos muitos remotos, quando o homem começou sua história de exploração da natureza, que se sentiu obrigado a refletir sobre a melhor maneira de alcançar tal feito (OLIVEIRA; BRITO, 2016).

Gandin (1994) aprofunda e problematiza o conceito anterior de planejamento ao delimitá-lo em dois níveis distintos definindo claramente as relações de participação e poder para cada um deles, bem como a sua função administrativa. Para o autor, o planejamento em nível operacional trata dos meios, técnicas e instrumentos, logo está ligado ao processo, sua eficiência e ao papel do administrador. Já o nível de planejamento político, trata-se do planejamento propriamente dito, foca nos fins e busca a eficácia, o que confere fundamental importância à participação de todos.

Assim surge, em paralelo, a ideia do planejamento participativo. O mesmo segue a tendência mundial da descentralização do poder e tomada de decisão exigida pelos novos tempos, afirma Porém et al. (2014). Torna-se cada vez mais imperativo que não há espaço para tanta concentração de poder. O mundo se globalizou e a sabedoria está ao alcance da comunidade tornando cada vez mais visível a caminhada. Tanto que governar, na atualidade, passou a ser sinônimo de servir a comunidade, portanto perpassa por coordenar ações e administrar os meios para atingimento dos objetivos (GANDIN, 1994).

O planejamento participativo, segundo Porém et al. (2014) tem ampla aplicabilidade nas organizações sendo especialmente requisitado naquelas que pretendem se fixar no mercado e/ou empreender ações comunitárias de transformação da sociedade, tais como: associações, instituições de ensino, movimentos sociais e religiosos. A riqueza de um processo de planejamento participativo reside no grau de participação

dos envolvidos e na variabilidade de ideias. Gandin (1994, p. 136) esclarece essa noção de forma prática ao lançar a seguinte assertiva, imprescindível ao processo de planejamento participativo:

Quando houver desejo real de planejamento participativo, um aspecto metodológico constitui-se em ponto fundamental: recolher o que as pessoas sentem, desejam e pensam da maneira como elas o pensam, desejam e sentem, utilizando as próprias palavras que as pessoas escrevem e pronunciam. O importante é definir que, para construir um processo participativo com distribuição do poder, não é suficiente pedir sugestões e aproveitar aquelas que pareçam simpáticas ou que coincidam com pensamentos ou expectativas dos que coordenam: é necessário que o plano se construa com o saber, com o querer e com o fazer de todos.

Portanto, é preciso ponderar a questão do poder quando se trabalha com planejamento participativo para que todos possam ter voz, o processo de escuta seja efetivo e se possa garantir maior capacidade de ação e qualidade nos resultados, alerta Porém et al. (2014). Caso contrário, o processo participativo sofrerá disfunções estando a serviço de ideologias dominantes que descaracterizam a ideia original de participação, desgastando-a.

Ademais, Gandin (1994) completa a concepção de planejamento com a afirmativa de que o mesmo inexistente sem que se tenham problemas e esperança de resolução. A partir disso, tem-se uma dada situação que deve ser analisada sob a ótica de algum embasamento teórico e também através da visualização da realidade por meio de observações e contato com os envolvidos. Análise esta denominada de conjuntural, da qual surge um diagnóstico de onde são levantadas as necessidades que serão trabalhadas por meio de uma proposta de ação. Assim, fecha-se o ciclo do planejamento que, na atualidade, necessita que tenha um caráter participativo para que se alcance propostas mais abrangentes, evitando a diversificação dos problemas.

Caminhos da pesquisa

Como o objetivo da pesquisa consistiu em realizar um planejamento participativo para

análise de conjuntura das ações de Educação Ambiental realizadas pela Equipe de Estudos e Educação Ambiental no campus da UEFS, a escolha metodológica não poderia deixar de ser participativa. Portanto, a preferência pela pesquisa participante foi muito pertinente na condução da análise em questão. Conforme frisa Ferreira e Soares (2006), a pesquisa participante tem como pressuposto básico de investigação a participação ativa de todos os envolvidos no processo. Sendo fundamental para a investigação aqui explicitada. Quanto a sua natureza, este estudo trata-se de uma pesquisa aplicada, pois assim exige também as pesquisas do tipo participantes, por se tratar de uma metodologia de investigação “in loco”, representativa de uma realidade, logo demanda devolutiva aos participantes com o objetivo de transformação-ação (THIOLLENT, 1997).

A abordagem do problema será explicitada de forma qualitativa, pois assim como descreve Godoy (1995a), trata-se de uma metodologia de pesquisa ligada ao estudo dos fenômenos sociais no ambiente em que acontecem em situações nas quais os números não são suficientes para expressar a realidade. Por este motivo, um dos principais instrumentos utilizados no campo são as gravações de áudio e vídeo para auxiliar na descrição exata da realidade. Os participantes da pesquisa foram divididos em duas categorias representadas, respectivamente, por servidores, professores, estagiários e, outra, por funcionários terceirizados.

Quanto à coleta de dados, optou-se pela pesquisa documental que consistiu na leitura e análise minuciosa de relatórios de atividades, atas de reuniões, regimento interno, banco de teses e dissertações sobre o tema. Segundo Godoy (1995b), a pesquisa documental é muito recorrente quando se tem a pretensão de analisar comportamentos e tendências ao longo do tempo sem contar com o fato deste tipo de análise colocar o pesquisador em contato com pessoas e situações inacessíveis.

Adicionalmente, foi realizada uma oficina de planejamento participativo, como suporte metodológico facilitador, onde os participantes tiveram a oportunidade de expressar sua identidade, como pertencentes a um coletivo, bem como seus anseios. Esse tipo de intervenção consiste em reunir o grupo para explicar aspectos

importantes sobre um determinado eixo temático, utilizando alguma dinâmica grupal para dar fluidez ao processo participativo (SILVA et al., 2004).

Portanto, foi utilizada a metodologia conhecida como “Oficina do futuro”, cujo eixo temático constitui-se em refletir sobre a atuação da Equipe de Educação Ambiental dentro da Universidade. Assim, os participantes foram divididos em grupos e estimulados a preencherem painéis contendo as frases “O que somos como EEA, O que queremos como EEA” através de recortes de gravuras em revistas, palavras ou frases que representassem tanto a realidade vivenciada por eles quanto representações do que almejavam para o futuro da Equipe de Educação Ambiental. Pelo desejo dos próprios participantes a oficina foi realizada, separadamente, com as duas categorias de participantes representadas por terceirizados e professores, servidores e estagiários.

No final da oficina cada equipe apresentou seus painéis e discutiu com as demais sobre o que os motivou a selecionar aqueles aspectos para cada tema. Os dados coletados dos painéis foram sistematizados e organizados por tema em um quadro geral. Dessa forma, foi possível obter um panorama geral da Equipe de Educação Ambiental da UEFS a fim de levantar suas principais necessidades e, portanto obter um diagnóstico participativo, para que se possa vislumbrar possíveis intervenções de melhoria da sua atuação na Universidade.

O método de análise empregado foi a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2002), que consiste na leitura e análise minuciosa de documentos, conteúdos escritos e transcrição de áudios das oficinas correlacionando as respostas aos aspectos considerados relevantes para a análise do contexto de forma descritiva. Por fim é tecida uma problematização com os aspectos gerais encontrados em programas de Educação Ambiental de outras universidades, trazidos no referencial teórico.

Resultados e análises

A unidade estudada compreende um núcleo ambiental interdisciplinar atuante na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) que fica localizada na maior cidade do interior da Bahia.

Desde sua criação, na década de 1990, que a Equipe de Educação e Estudo Ambiental da UEFS iniciou um trabalho pioneiro de gestão de resíduos dentro do campus universitário expandindo sua atuação, através da organização social, também em comunidades fora do espaço acadêmico (DIAS, 2003). Sendo assim, dá análise documental dos trinta anos de existência é possível destacar três fases importantes e distintas do ciclo de desenvolvimento da unidade, a saber: implantação, consolidação e reestruturação das atividades, permeadas por uma Educação Ambiental crítica e construção de processos emancipatórios, conforme preconizado no seu planejamento estratégico (EEA, 2000).

Assim que iniciou suas atividades com o projeto de Coleta Seletiva e Reaproveitamento do Lixo gerado no Campus que a EEA/UEFS estabeleceu, como base teórica fundamental para o mesmo, a Educação Ambiental como ferramenta de transformação e tomada de consciência da comunidade acadêmica a respeito da problemática do lixo na Universidade. Antes da equipe, sabe-se que a prática da queima do lixo gerado pela instituição era algo rotineiro e único caminho viável para a destinação deste material, depondo contra a imagem institucional como referência em educação (EEA, 1992).

Para garantir a informação e sensibilização da comunidade em prol da causa ambientalista, portanto, a equipe passou a empreender uma série de ações que envolveram palestras sobre coleta seletiva, mostra de vídeos e filmes, cartazes educativos sobre o projeto, distribuição de condicionadores com adesivos informativos sobre segregação de resíduos, aponta Dias (2003). Além disso, outras ações esporádicas também complementaram as anteriores na institucionalização do projeto dentro da Universidade, tais como: visitas orientadas as salas de aulas, exposição de peças teatrais, oficinas de papel e palestras com os novos discentes ingressantes, com a finalidade de divulgar e expandir a ideia.

Assim que a EEA/UEFS conclui o seu processo de formação, culminado pela criação de uma sede dentro do campus que irá proporcionar um ponto de referência para estudos, abrigo de projetos e espaço de visitação, a mesma começa a se estruturar internamente para a fase

de sua consolidação. Etapa essa marcada pela diversificação de projetos que vão além do contexto universitário, estabelecimento de linhas de atuação e crescimento no ensino e pesquisa com a criação do Curso de Especialização em Educação Ambiental para a Sustentabilidade.

Pela própria dinâmica inerente às organizações com um todo, especialmente às instituições de ensino superior públicas, a partir de certo período a EEA/UEFS, apesar de ter conseguido avanços na conscientização responsável do descarte do lixo dentro do campus, vem assistindo à perda de força de muitas ações na dinâmica vida universitária. Segundo Cavalcante e Milt o (2008), tal fato deve-se tanto   falta de apoio institucional e estrutural para manutenção qualitativa dos projetos quanto   constante mutabilidade do cenário da Universidade expressada pela rotatividade de funcionários, pesquisadores e o próprio perfil da comunidade discente que muda a cada semestre. Logicamente, que isso vai requerer soluções por meio de estratégias que fortalecem e reestruturam tais ações bem como a própria equipe como estrutura educadora.

Assim, diante da constatação acima este trabalho desenvolveu a intervenção participativa, já delineada nos caminhos da pesquisa, que teve como resultado da “Oficina do Futuro: O que somos e o que queremos como EEA” os dados sistematizados no quadro abaixo:

Quadro1. Resultado da Oficina do Futuro: o que somos e o que queremos como EEA

O que somos como EEA	O que queremos como EEA
<ul style="list-style-type: none"> •Educadores •Extensionistas •Pesquisadores •Espaço crítico •Promotor de ações ambientais •Promotor da participação, emancipação e inclusão de pessoas •Grupo de pesquisa e extensão •Equipe interdisciplinar •Referência Ambiental •Equipe agregadora •Equipe Ambiental •Equipe de diversidade •Equipe que reconhece a importância dos seus integrantes •Equipe que valoriza as decisões do coletivo •Preservadores do meio ambiente •Conservadores do meio ambiente •Consciente •Cuidadores da vegetação •Grupo do projeto sustentável •Família •Setor que cuida do meio ambiente •Tratamento de esgoto •Agronomia •Consciência •Zeladores do ambiente •Receptivo de materiais recicláveis 	<ul style="list-style-type: none"> •Espaço atrativo •Visibilidade •Ampliação de temáticas, extensão, pesquisas e estudantes •Pertencimento •Integração com a Universidade •Divulgação •Organização e articulação do acervo EEA •Reforçar alicerces •Ampliar participação na UEFS •Crescer enquanto grupo •Definir eixo centralizador para as diversas ações •Ampliação de projetos de extensão e pesquisa •Ampliação de investimentos •Que pudesse ensinar as pessoas a cuidar do meio ambiente •Uma política para cuidar do meio ambiente •Incentivo para cuidar do ambiente •Área verde, arborização •Melhor aproveitamento dos produtos plantados na unidade •Ambiente universitário saudável

Autoria própria, 2019.

Ao analisar os conteúdos dos painéis correspondentes à dimensão “o que somos” bem como os arquivos de áudios das apresentações dos grupos, o que se tem como resultado é exatamente a análise da atual conjuntura da unidade tecida pelos seus membros. Assim, é possível compreender de forma dinâmica como a EEA funciona, enquanto equipe interdisciplinar, para atender ao tripé de atuação universitário e cumprir seu papel como estrutura educadora. Isso, sem dúvida, fortalece a sua diversidade grupal, uma das características apontadas no quadro acima. Isso, em parte, é explicado pelo razão da equipe trabalhar num tema transversal que perpassa por saberes e interesses de várias áreas do conhecimento humano. Tanto que, conforme o discurso dos participantes, a “EEA é agronomia” e também “conservadores e zeladores do ambiente”.

Portanto, as discussões trazidas por esse primeiro

momento da oficina do futuro, foi considerado relevante pela equipe, em ambas as categorias de participantes, por trazer a oportunidade ímpar de expor suas vivências e reflexões a respeito do trabalho que se tem realizado. Tanto que um dos pontos problematizados pela equipe, que merece destaque nessa discussão, foi a questão da EEA como espaço, núcleo ou equipe. Embora a mesma seja referenciada das três formas, os participantes concluíram, a partir do debate, que muito além de um simples espaço físico ou “núcleo da reciclagem”, como é referido pela categoria de terceirizados e outros membros da comunidade acadêmica, tem-se uma equipe que se articula por interesses comuns. Nesse aspecto, os participantes, especialmente da categoria de professores, estagiário e servidores, tiveram muito cuidado com o uso de termos para não incorrer em erros conceituais, pela complexidade e diversidade de elementos que estão inseridos na atuação da EEA. Dessa forma, inferiram que, como equipe, os membros se agregam por interesses mútuos, portanto nem todos podem pertencer. As pessoas são atraídas para a equipe por alguma motivação, independente da área em que atuam, que está atrelada tanto ao espaço de acolhimento e receptividade que encontram, quanto por questões curriculares.

Ao final, por unanimidade, todos constataram que a equipe possui um receituário de boa qualidade, porém necessita ser desenvolvido da melhor maneira para se atingir objetivos e galgar novos ideais. Sendo assim, a oficina do futuro no quesito “o que somos” é uma dinâmica que traz um levantamento da realidade vivenciada para identificação de possíveis necessidades que serão levantadas a partir das questões trazidas pelo quesito “o que queremos”, cujos resultados serão destacados nos parágrafos seguintes.

Baseado no levantamento anterior e no aprofundamento dos debates é consensual que a equipe conquistou importância dentro da Universidade ao longo dos anos, tornando-se referência. Isso é referenciado em vários momentos da oficina pelos participantes. Nesse aspecto, um ponto que merece destaque e foi amplamente discutido na oficina, refere-se ao pertencimento. Relatos afirmaram que as memórias se constituem em algo muito forte e é valorizado dentro da equipe. Quando a oficina foi aplicada com a categoria dos terceirizados,

isso ficou claro na fala de um participante que identificou a EEA como uma “família onde se passa boa parte do tempo e todos acolhem uns aos outros”. Isso explica, inclusive, o fato das pessoas, mesmo afastadas das atividades laborais, continuarem a contribuir e a estabelecer relações de interesses com o trabalho desenvolvido pela equipe.

A importância disso para o “que queremos” reside na questão dos colaboradores mais antigos e até os ex-colaboradores estarem atuantes no processo em prol da melhoria do mesmo, o que contagiam outras pessoas a quererem fazer parte também, a exemplo dos estagiários. Além de esclarecer a posição da EEA como equipe e, não apenas, como espaço, conforme foi pontuado nos parágrafos iniciais. Entretanto, um dos grandes problemas constatados aponta para a perda da força política da unidade junto às tomadas de decisões da administração superior acadêmica. Nesse aspecto, os participantes salientaram que a equipe não é consultada em decisões de infraestrutura da universidade referentes à pavimentação e arborização, embora a administração se mostre solícita quando é provocada para essas discussões por parte da unidade.

A partir dessa constatação, o discurso voltou-se para a relevância de reafirmação e posicionamento da equipe, afinal a mesma já carregou a extensão da Universidade. Assim, os participantes frisaram a necessidade de estruturar, integrar, sistematizar e divulgar as produções e ações da EEA. Uma das ações de divulgação levantadas pelos participantes, considerada por eles importante preservar, foi a de levar semestralmente os estudantes para terem aulas na sede da equipe. Também foi citada a necessidade de implantação de uma política para que as pessoas passem a zelar pelo meio ambiente e que, para isso, sejam incentivadas.

A categoria de terceirizados, apesar de expressar não terem clareza o que se quer para o futuro da equipe, trouxeram para a discussão a questão do investimento como fator complicador para o desenvolvimento e manutenção de ações. Ademais, pontuaram a importância do respeito se referindo à necessidade de conscientizar a comunidade, principalmente os discentes, para adoção de atitudes sustentáveis. Entretanto, é importante frisar que todos esses aspectos

apontados pela intervenção estão intrincados com outros de ordem não só conjuntural, ou seja, dentro dos limites do espaço acadêmico como: maior integração com a administração universitária, divulgação, etc. Também há elementos de magnitude estrutural, que se refere ao poder regulatório do Estado o qual a universidade está inserido.

Considerações finais

Ante todo o exposto, embora a intervenção detalhada por esse estudo seja apenas uma das etapas do planejamento participativo, pode-se perceber que os resultados depreendidos pela pesquisa documental e aplicação da oficina do futuro já traz elementos suficientes para elaboração de uma análise conjuntural com vistas ao delineamento de estratégias de melhorias para as ações de Educação Ambiental, desenvolvidas pela unidade de análise. Lógico que o delineamento de tal conjuntura precisa ser dinâmico, portanto deve acompanhar tendências históricas e institucionais para que possa retratar a realidade, na sua essência, e não pelo simples retrato dos fatos como eles se apresentam.

Portanto, todos os elementos apontados pelos participantes durante a oficina estão inseridos num contexto micro, representado pela universidade, como uma instituição pública, com um dinamismo próprio de funcionamento e particularidades administrativas, características já apontadas no referencial teórico. A universidade também está inserida no contexto macro que influencia diretamente no seu desenvolvimento, representado pelo Estado que é responsável pela aplicação de políticas públicas, diretrizes orçamentárias e da legislação. Tudo isso faz parte de uma engrenagem, que tem seu funcionamento impulsionado pela coletividade. Sendo assim, constitui-se um equívoco não considerar todas essas inter-relações no referido estudo.

O que se pode concluir, é que muito ainda precisa ser empreendido na seara das ações de Educação Ambiental na universidade. Isso perpassa por revitalizar a discussão a respeito do assunto, articular tudo o que se tem feito a fim de fortalecer as iniciativas ambientais, realizar investimentos estruturais para tornar o planejamento exequível

e promover a formação de caráter ambientalista em todos os segmentos do contexto universitário.

Referências

ALMEIDA, M. I. R. de. **Manual de planejamento estratégico**: desenvolvimento de um plano estratégico com a utilização de planilhas Excel. São Paulo: Atlas, 2001.

ALVES, J. E. D.. **Análise de conjuntura**: teoria e método. APARTE - Inclusão Social em Debate, Rio de Janeiro, p. 1 - 12, 01 jul. 2008.

BACCI, Denise de La Corte. SILVA, Rosane Lauro Ferreira. SORRENTINO, Marcos. **Educação Ambiental e Universidade**: diagnóstico disciplinar para a construção de uma política ambiental. In: EPEA – ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 8., 2015, Rio de Janeiro. 19 a 22 de jul. 2015. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/175.pdf. Acesso: 01 mai. 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRASIL. Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999. Diário Oficial da República

Federativa do Brasil. Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 25 fev. 2015.

BRANDLI, E. N. et al. **Diagnóstico preliminar dos custos ambientais de uma empresa do setor alimentício na unidade industrial de Passo Fundo RS. GEPROS**. Gestão da Produção, Operações e Sistemas, n. 2, p. 75, 2008. Disponível em: <https://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/307>. Acesso em: 02 mai. 2019.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda; MILTÃO, Milton Souza Ribeiro (orgs.). **A questão ambiental da UEFS – histórias e perspectivas**. Feira de Santana: Editora Universitária da UEFS, 2008.

DE CONTO, Suzana Maria (Org.). **Gestão de resíduos em universidades**. Caxias do Sul: Educs, 2010.

DIAS, S. M. F. **Avaliação de projetos de educação ambiental voltados para o**

gerenciamento de resíduos sólidos urbanos. 2003. Tese (Doutorado em Saúde Pública)– Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ESCRIVÃO, Giovana; NAGANO, Marcelo. **Gestão do conhecimento na educação ambiental**: estudos de casos em programas de educação ambiental em universidades brasileiras. Perspectivas em Ciência da Informação, vol. 19, n. 4, out./dez., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v19n4/a09v19n4.pdf>. Acesso: 11 ago. 2018.

ESTEVES, Juliana Cardoso; FALCOSKI, Luiz Antonio Nigro. **Planejamento, projeto e gestão ambiental do espaço universitário**. In: CONGRESSO DE MEIO AMBIENTE, 7., 2012, La Plata Argentina. 22 a 24 mai. 2012. Disponível em: sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/26879/Documento_completo.pdf?sequence=1. Acesso em: 27 abr. 2019.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de empresas, São Paulo, vol.35, n.2, mar./abr., 1995a.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa**: tipos fundamentais. Revista de Administração de empresas, São Paulo, vol.35, n.3, mai./jun., 1995b.

MINTZBERG, H. **Managing**: desvendando o dia a dia da gestão. Porto Alegre: Bookman, 2010.

NÓBREGA, M. L. S. **Ambientalização Acadêmica**: Um estudo comparativo das práticas sustentáveis em Segurança Hídrica entre universidades brasileiras (UFLA e UFCG) e norte-americanas (ASU e UCLA). 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1257/pdf>. Acesso em: 2 mai. 2019.

OLIVEIRA, Eva Maria; BRITO, Sislândia

Maria Ferreira. **Planejamento participativo: uma ação conjunta com os docentes.** Id onLineMultidisciplinaryandPsychologyJournal. v.10 ,n.31, out./nov., 2016. Disponível em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso em: 02 mai. 2019.

PEREIRA, Cleide Mércia Soares da Silva. **Gestão sistêmica de resíduos sólidos para a UEFS: subsídios para a construção de uma política participativa.** 2010.Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) – UEFS, Feira de Santana, 2010.

PORÉM, Maria Eugênia et al. **Planejamento participativo e suas intesções com as relações públicas: reflexões sobre a metodologia Paca.** Comunicação & Mercado.v.03, n.06, jan./jun., 2014. Disponível em: <http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/6/8.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2019.

SILVA, Marcos Vieira et al. **O Uso de Oficinas como Método de Intervenção em Grupos Comunitários.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA,2., 2004, Belo Horizonte, 12 a 15 set. 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Trabalho/Trabalho26.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

SOARES, Leandro Queiroz; FERREIRA, Mário César. **Pesquisa participante como opção metodológica para investigação de práticas de assédio moral no trabalho.** Revista de Psicologia Organizacional do Trabalho.v.6, n.2, dez., 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/1117/0>. Acesso em: 29 abr. 2019.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. **A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário.** Revista Gestão e Produção, v.13, n.3, set./dez., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/gp/v13n3/11.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações.** São Paulo: Atlas, 1997.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. **Relatório de Atividades da EEA de 2000.** Feira de Santana, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE

SANTANA. **Relatório de Atividades da EEA de 1992.** Feira de Santana, 1993.

Sobre os autores

Zanna Maria Rodrigues de Matos, Doutora em Educação, UFBA, Trabalha na SEMA (Secretaria do Meio Ambiente) do Estado da Bahia. E-mail: zannamatos@gmail.com. Orcid 0000-0002-8126-0378

Fernanda Cristina Miranda Ribeiro, Mestre em Ensino das Ciências Ambientais, Mestrado Profissional /UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana/BA), Técnica Universitária na UEFS. E-mail: nandakeu@uefs.br. orcid.org/0000-0001-6041-4828